

Jongo, patrimônio imaterial brasileiro

Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Este texto é uma síntese dos resultados do inventário realizados por equipe do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP/Iphan) no âmbito do Projeto Celebrações e Saberes da Cultura Popular. O inventário de referências do bem cultural jongo foi implementado com base na metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) desenvolvido pelo Iphan. Teve início em setembro de 2001 e desenvolveu-se em três fases de trabalho de campo e pesquisa de fontes. Teve a coordenação geral da antropóloga Dra. Letícia Vianna; pesquisa e orientação de equipe da antropóloga Dra. Elizabeth Travassos Lins e a colaboração dos assistentes de pesquisa: Letícia Dias, Rita Gama, Cleo Vieira, Carla Ramos, Aressa Rios, Lúcio Enrico, Thiago Aquino, André Fellipe, Adailton Silva, Ricardo Moreno e Higor Higa. No decorrer do processo de inventário foi fundamental o apoio da Universidade do Rio de Janeiro (UniRio), do Grupo Cultural Jongo da Serrinha, da Rede da Memória do Jongo, do Grupo Cachuêra e de lideranças de várias comunidades jongueiras. Por fim, foi também de maior importância o trabalho de Paulo Fortes e, sobretudo, de Andréa Falcão, na sistematização e edição dos resultados da pesquisa [2].

O inventário buscou as expressões de origem africana relacionadas à cultura do café e da cana-de-açúcar na região Sudeste que têm elementos comuns: dança de roda ao som de tambores, cantoria com elementos mágico-poéticos. Foi observada uma variedade de representações musicais, coreográficas e simbólicas que, de modo geral, estão compreendidas nas mesmas categorias analíticas – jongo, tambu, caxambu, tambor e batuque – que guardam elementos comuns e também particularidades conjunturais nos diferentes contextos onde são cultivadas: periferias metropolitanas e de pequenas cidades e comunidades rurais. Foram verificadas diferentes instâncias de tensões sociais, como questões e clivagens raciais e de classe, tensões de ordem religiosa, questões relativas à integração do jongo ao mercado de bens na cultura de massa em contraste com a relativa invisibilidade e exclusão sócio-econômica das comunidades e grupos tradicionais.



No processo de inventário foram visitadas sete comunidades jongoeiras no estado do Rio de Janeiro: na cidade do Rio, no bairro de Madureira, foi inventariada a comunidade do Morro da Serrinha; no município de Valença, a comunidade da Fazenda São José. O jongo foi pesquisado, ainda, em Barra do Piraí, Miracema, Pinheiral, Santo Antônio de Pádua. E em comunidades como Bracuí e Mambucaba, junto a Angra dos Reis. No estado de São Paulo foram identificadas e feito contato com as comunidades jongoeiras de Guaratinguetá, Cunha, Piquete, São Luiz de Paraetinga. No Espírito Santo foram identificados e feito contato com grupos de jongo de São Mateus e Conceição da Barra. Há indícios de que na região Sudeste existam outras comunidades e grupos de praticantes do jongo.

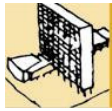
Durante a pesquisa foi identificado interesse das comunidades e dos grupos no sentido de apresentar candidatura do jongo ao Registro como patrimônio nacional. Assim, este texto deve ser entendido como um elemento básico, sintético e complementar ao dossiê de instrução deste Registro. O dossiê em si compreende vários documentos já encaminhados [3] ao Iphan (o INRC com extensa bibliografia, com as fichas de localidades e da forma de expressão jongo, além de livros, vídeos, cds, textos e um cd rom com textos, fotos, partituras, músicas, trechos de filmes e de depoimentos em áudio, e as fichas do INRC); os quais são da maior relevância para o entendimento do complexo e fascinante universo do jongo.

O Jongo

O jongo é uma forma de expressão afro-brasileira que integra percussão de tambores, dança coletiva e práticas de magia. É praticado nos quintais das periferias urbanas e de algumas comunidades rurais do sudeste brasileiro. Acontece nas festas dos santos católicos e divindades afro-brasileiras, nas festas juninas, no Divino, no 13 de maio da abolição da escravatura.

O jongo é uma forma de louvação aos antepassados, consolidação de tradições e afirmação de identidades. Tem suas raízes nos saberes, ritos e crenças dos povos africanos, principalmente os de língua bantu. São sugestivos dessas origens o profundo respeito aos ancestrais, a valorização dos enigmas cantados e o elemento coreográfico da umbigada.

No Brasil, o jongo consolidou-se entre os escravos que trabalhavam nas lavouras de café e cana-de-açúcar, no sudeste brasileiro, principalmente no vale do Rio Paraíba. Nos tempos da escravidão, a poesia metafórica do jongo permitiu que os praticantes da dança se comunicassem por meio de pontos que os capatazes e senhores não conseguiam compreender. Sempre esteve, assim, em uma dimensão marginal onde os negros falam de si, de sua comunidade, através da crônica e da linguagem cifrada.



Tambu, batuque, tambor, caxambu, o jongo tem diversos nomes; é cantado e tocado de diversas formas, dependendo da comunidade que o pratica. Se existem diferenças de lugar para lugar, existem também semelhanças, características comuns presentes em muitas manifestações do jongo.

Os tambores

Os tambores são feitos a partir de troncos de madeira e couro de animal. São elementos centrais no jongo, sempre reverenciados pelos jongueiros, pois fazem a ligação com as entidades do mundo espiritual e expressam a conexão do jongo com outras manifestações afro-brasileiras, como a umbanda e o candomblé. São respeitados na roda de jongo como verdadeiras entidades e sem eles o jongo não sai.

Alguns tambores chegam a ter mais de cem anos de batuque e são passados de geração em geração. São tão importantes que, em geral, o guardião é o líder da comunidade jongueira.

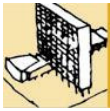
Os instrumentos musicais que acompanham os jongueiros podem variar de um grupo para outro. Entretanto, a formação musical mais freqüente inclui dois ou três tambores chamados de tambu e candogueiro ou de caxambu e candogueiro. Algumas comunidades usam também um tambor de fricção – uma espécie de cuíca de grandes dimensões conhecida como puíta ou angoma puíta.

A dança

No jongo, iniciado o toque dos tambores, forma-se uma roda de dançarinos que cantam em coro, respondendo ao solo de um deles. Os tambores e os batuqueiros estão sempre na roda ou perto dela.

Sozinhos ou em pares os praticantes vão ao centro da roda, dançam até serem substituídos por outros jongueiros. Muitas vezes nota-se, neste momento da substituição, o elemento coreográfico da umbigada.

Dança-se conforme se sabe. Uns dançam rodando, outros pulando ou arrastando os pés. Uns dançam devagar, outros bem rápido. Às vezes os passos são como os das coreografias observadas nas rodas de santos da umbanda. São várias as maneiras de se dançar o jongo.



Os pontos

Um dos elementos mais marcantes do jongo é o ponto; a forma poética e musical expressa nos versos cantados pelos jongueiros. No jongo a palavra cantada assume características singulares que tornam esta expressão única.

O ponto de jongo tem alguma relação com o provérbio e, também, com a crônica através da qual se comenta a vida cotidiana, o passado e o presente. Configura um conhecimento restrito, secreto, guardado pelos jongueiros mais velhos – que só ensinam aos jovens já iniciados. Existe uma variedade de pontos que são adequados à determinadas circunstâncias.

Na roda de jongo os pontos se sucedem de forma encadeada. Para abrir a roda é necessário o ponto de homenagem aos jongueiros velhos. Existem os pontos para pedir licença aos ancestrais vivos e mortos, existem pontos para abrir e fechar a roda, para entrar e sair dela. Muitos pontos são crônicas do cotidiano, narradas com humor e irreverência.

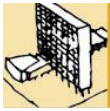
Os pontos de demanda ou gurumenta são formas de desafio lançado entre jongueiros, com adivinhas ou enigmas que testam as habilidades de cada um em decifrar seus significados. O verso tirado por um jongueiro é respondido pelo coro até que outro jongueiro o decifre e continue a conversa botando outro ponto na roda.

O ponto não é propriamente canção nem forma poética. É forma sintética como muitas das formas artísticas africanas. Vem da África a idéia de que nos pontos a palavra proferida com intenção marcada pelos tambores acorda as forças do mundo espiritual, fazendo com que coisas mágicas aconteçam.

O registro e a salvaguarda

Ao longo do século XX, as comunidades jongueiras estiveram envolvidas em complexos e dinâmicos processos sócio-culturais que condicionaram diferenças e especificidades.

Em muitas das comunidades com descendentes de escravos no sudeste brasileiro, o jongo desapareceu, tanto pela dispersão de seus praticantes em conseqüência da migração e processos de urbanização, quanto pelo obscurecimento dessas práticas por outras expressões de maior apelo junto ao crescente mercado de bens simbólicos. Ou também devido a vergonha motivada pelo preconceito, expresso pelos segmentos da sociedade abrangente, relativo às práticas culturais afro-brasileiras.



Em outras comunidades, no entanto, o jongo tem sido um fator de integração, construção de identidades e reafirmação de valores comuns; estratégias onde a memória e a criatividade são fundamentais.

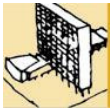
Diante das desigualdades econômicas, da exclusão social e invisibilidade desse fazer cultural junto aos demais segmentos da sociedade brasileira, as comunidades jogueiras têm desenvolvido soluções próprias, alternativas para a preservação de seus saberes e expressões.

As crianças, por exemplo, que durante muito tempo não podiam frequentar as rodas de jongo, hoje são estimuladas a aprender o canto e a dança de seus ancestrais. E em muitas comunidades, hoje em dia, não é mais necessário ser filho de jogueiro para ser considerado jogueiro. A aproximação de pesquisadores e estudiosos, bem como, mais recentemente, de jovens das camadas médias urbanas, fez com que a participação em uma roda de jongo não seja mais limitada aos membros das comunidades jogueiras. Além disso, algumas comunidades passaram a fazer apresentações artísticas, nas quais as rodas de jongo acontecem sob a forma de espetáculo.

Assim, aos jogueiros é colocado o desafio de dialogar com os processos da cultura de massa e do universo do entretenimento e, ao mesmo tempo, manter os fundamentos dessa prática. Essas questões têm sido tratadas de forma crítica pelos jogueiros através de iniciativas como o Encontro de Jogueiros – evento anual que reúne comunidades e praticantes do jongo de São Paulo e Rio de Janeiro (os recursos são poucos para que as comunidades capixabas possam participar). E, também, através da Rede de Memória do Jongo, nascida a partir do Encontro de Jogueiros, com o objetivo de, segundo seus idealizadores, estreitar os laços de sociabilidade entre as comunidades jogueiras e fortalecer os canais de articulação com a sociedade em geral.

Esse processo de mobilização e organização é a prova de que as comunidades jogueiras têm a consciência que possuem um bem cultural de grande valor, um conjunto de saberes ancestrais, testemunhos do sofrimento, mas também da determinação, criatividade e alegria dos afro-descendentes.

Nesse sentido, o Registro do jongo como patrimônio cultural do Brasil é o reconhecimento por parte do Estado da importância desta forma de expressão para a conformação da multifacetada identidade cultural brasileira. Este Registro chama a atenção para necessidade de políticas públicas que promovam a equidade econômica articulada com a pluralidade cultural; políticas que garantam a qualidade de vida e cidadania. E condições de auto-determinação para que as comunidades jogueiras mantenham vivo o jongo nas suas mais variadas formas e expressões.



Desse modo, recomendamos que as ações de salvaguarda do bem em questão articulem diferentes instâncias oficiais nos âmbitos nacional, dos estados e municípios no sentido de:

1.promover o aperfeiçoamento das leis de incentivo à cultura e desenvolvimento de instrumentos que facilitem o acesso direto dos detentores dos saberes às diferentes instâncias de patrocínio e financiamento para a produção cultural no país, de modo que tenham autonomia e agilidade, sobretudo para o financiamento do Encontro Anual de Jongueiros e a implementação da Rede de Memória do Jongo;

2.estimular a interlocução entre as esferas da sociedade e dos poderes públicos de modo a incentivar o apoio oficial às associações, comunidades e grupos de jongueiros para que tenham condições de controlar, manter e promover a transmissão dos saberes relacionados ao bem, conforme seus interesses;

3.promover a inclusão, valorização e aprofundamento dos temas relacionados ao bem cultural nas agendas escolares e programas educativos do Estado, de modo que sejam apresentados como patrimônio - testemunhos da riqueza cultural do país.

- [1] Este texto é resultado das pesquisas de campo e de fontes e tem por objetivo complementar o dossiê de instrução do Registro do Jongo no Livro da Formas de Expressão do Patrimônio Imaterial do Iphan.

- [2] Sobre detalhes da pesquisa e aplicação da metodologia do INRC ver o INRC/Jongo já encaminhado ao Departamento de Patrimônio Imaterial/Iphan em maio de 2004 (que inclui os relatórios da equipe); e também a versão encaminhada em junho de 2005 (que não inclui os relatórios, mas trata de maneira geral todo o processo de pesquisa).

- [3] Documentos encaminhados ao Departamento de Patrimônio Imaterial do Iphan em junho de 2005.